

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Carolina Pereira de Aguiar

**DA CONQUISTA AO TURISMO: A HISTÓRIA DE SUBJUGAÇÃO DOS POVOS
INDÍGENAS A PARTIR DAS COMUNIDADES DE SIERRA NEVADA NA COLÔMBIA**

SÃO PAULO

2023

Carolina Pereira de Aguiar

**DA CONQUISTA AO TURISMO: A HISTÓRIA DE SUBJUGAÇÃO DOS POVOS
INDÍGENAS A PARTIR DAS COMUNIDADES DE SIERRA NEVADA NA COLÔMBIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) sob a orientação do Professor Doutor Bruno Huberman, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

SÃO PAULO

2023

Aos que a vida levou tão cedo, carrego vocês
comigo. Saudades.

Dos humilhados e ofendidos

Explorados e oprimidos

Que tentaram encontrar a solução

São cruzes, sem nomes, sem corpos, sem datas

Memória de um tempo

Onde lutar por seu direito

É um defeito que mata

(Gonzaguinha, 1980)

AGRADECIMENTOS

Agradeço àqueles que me fizeram e formaram como pessoa, meus pais, Ana Maria e Ciro Rubens Aguiar, pelo apoio, carinho e paciência, sempre.

Ao Matheus e ao Don, que me acompanham e me completam, mesmo que as vezes, de longe.

À minha primeira professora de vida, minha tia Maria Helena Cássio Silva, por acreditar em mim e no meu potencial mais do que ninguém.

Às minhas queridas amigas, que me apoiam e me conduzem nessa loucura de vida.

À todos os meus professores que me acolheram e ensinaram, que compartilharam comigo a paixão pelo conhecimento.

RESUMO

AGUIAR, Carolina Pereira de. Da Conquista ao turismo: a história de subjugação dos povos indígenas a partir das comunidades de Sierra Nevada na Colômbia.

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo discutir e analisar o uso do turismo indígena como forma de colonização dos povos indígenas na atualidade visando uma lucratividade na economia nacional, através do estudo de caso das comunidades de Sierra Nevada de Santa Marta na Colômbia. Para alcançar tal objetivo o trabalho propõe uma análise detalhada das facetas utilizadas pelo modelo eurocêntrico de dominação e mercantilização do que vem a ser determinado como “Outro”; e discutir como essa forma de promoção turística pode afetar a identidade dos povos nativos por meio desses discursos coloniais. Como metodologia foi realizada uma extensa revisão bibliográfica referente ao tema; e um levantamento de dados sobre as possíveis consequências causadas nessas populações. Por fim, o presente trabalho de conclusão visa aclarar os verdadeiros motivos pelo qual esse mecanismo é utilizado pelos governos de Estado.

Palavras-chave: Turismo indígena; Colômbia; Sierra Nevada; Colonização; Colonialidade

ABSTRACT

AGUIAR, Carolina Pereira de. From the conquest to tourism: the history of the subjugation of indigenous peoples from the communities of Sierra Nevada in Colombia.

The present bachelor thesis paper intends to discuss and analyze the use of indigenous tourism as a form of colonization of indigenous peoples today based on the intent of lucrative profit for the national economies, through a case study of the Sierra Nevada communities of Santa Marta in Colombia. In order to achieve this goal, this paper proposes a detailed analysis of the facets used by the Eurocentric model of domination and commodification of what has come to be determined as "Other"; and to discuss the manners in which this form of tourism promotion can affect the identity of native peoples through these colonial discourses. As methodology, it was conducted an extensive literature review data collection on the possible consequences for these populations. Finally, this final paper aims to shed light on the real reasons why this mechanism is used by state governments.

Keywords: Indigenous tourism; Colombia; Sierra Nevada; Colonization; Coloniality

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. A CONQUISTA DA AMÉRICA: NOVA DIVISÃO MUNDIAL	4
2.1 A criação do “Outro”.....	4
2.2. A Colonização da Colômbia	5
2.2.1. A exploração da Sierra Nevada	7
2.3 De Colônia à República.....	9
3. A ERA DA MODERNIDADE: UMA NOVA FORMA DE COLONIZAR	11
3.1. A colonialidade como aparato da modernidade.....	12
3.2 A acumulação no sistema capitalista.....	15
3.3 A reprodução do espaço para o sistema capitalista	15
3.3.1 A mercantilização de tudo no Neoliberalismo	17
4. O TURISMO COMO MECANISMO COLONIZADOR.....	19
4.1. Os primórdios do turismo.....	19
4.2. O turismo indígena	21
4.2.1 O caso de Sierra Nevada de Santa Marta.....	22
4.3. A mercantilização dessa forma de turismo	23
4.4. O turismo na economia colombiana.....	25
5. CONCLUSÃO.....	28
6. REFERÊNCIAS.....	29

1. INTRODUÇÃO

Qual seria a verdadeira intenção em realizar turismo em territórios indígenas?

Os povos originários de todo o mundo são obrigados a viver com memórias de violência, genocídio, deturpação de sua imagem e muitos outros aspectos bárbaros de desumanização. Ainda hoje, sofrem com preconceitos, exclusões e deterioração ambiental de seus territórios. Uma história inteira de subjugação, animalização, erotização que não parece ter fim. Ao mesmo tempo, são o povo mais forte, o povo da terra, do espírito da luz, que resiste a cada sangue derramado e a cada lágrima derrubada.

Desde o período colonial, o mundo tem sido transformado em uma enorme esfera mercantilizada, onde a lógica do sistema econômico mundial atualmente, faz-se pautada pela produção e exportação de produtos, bens, serviços e até mesmo ideologias. No setor turístico, não é diferente. Centenas de países têm no centro de suas economias nacionais a dependência da promoção de seu território como destino no âmbito do turismo. Esse trabalho tem como objetivo principal discutir e analisar o turismo - contemporâneo - indígena, especificamente na Sierra Nevada de Santa Marta na Colômbia, como um mecanismo colonizador acobertado por uma justificativa do mercado internacional, como aspecto benéfico para a economia nacional. Partindo de uma reflexão histórica de dominação, exclusão e aniquilação de povos originários, faz-se indispensável a indagação se esse setor econômico poderia ser apenas mais um vestígio da ideologia colonizadora, para a atualidade, como maneira de dominação ao retratar a exotização de corpos subalternizados.

De antemão irei navegar pelo período da Conquista da América com a instalação de assentamentos coloniais espanhóis no território, utilizando de uma abordagem investigativa sobre a relação de dominação e subalternização dos povos indígenas a partir da lógica capitalista colonial eurocêntrica. Em um sistema caracterizado pela dialética de exploração baseada na imposição de valores, crenças e estruturas sociais europeias sobre as culturas indígenas, fez-se possível a construção e denominação do "Outro", como corpos marginalizados e subalternizados. Navegarei sobre o contexto colonial colombiano e sobre o período de instauração da República no país, em que os povos nativos foram tratados como "Outros", inferiores e analisados como obstáculos ao avanço econômico e ao projeto de colonização, enquanto que suas terras foram expropriadas, suas práticas culturais desvalorizadas e seus modos de vida reprimidos em prol dos interesses

capitalistas, para compreender os primórdios da inferiorização desses povos. A partir da historicidade da exploração dos recursos naturais que culminou no despojamento dessas comunidades de suas terras de maneira violenta e genocida a esses povos e que legitima as culturas indígenas como sistematicamente marginalizadas tendo suas vozes silenciadas, perpetuando um sistema de exclusão e de violação dos direitos humanos, podemos entender o padrão que dali, moldaria a vida nessas comunidades. Em especial, a partir de uma análise da exploração das comunidades indígenas da Sierra Nevada de Santa Marta e o que essa estrutura colonial significou para sua resistência e permanência, damos o tom desse trabalho, em tentar captar o que de fato poderia motivar a instalação do etnoturismo dentro desse território.

Adentrando a era da Modernidade, trago a ideia de que a mesma pode ser considerada como um mecanismo de colonização, partindo da perspectiva de que em sua expansão global esse aparato se manifestou como uma forma de imposição cultural, econômica e política sobre outras sociedades e cultural por uma forma mais sutil e ampla de colonização, que não se limita apenas à ocupação territorial. De certa maneira, seus mecanismos beiram sob a imposição da língua, das instituições governamentais e legais, das práticas econômicas e dos sistemas de crenças das potências coloniais sobre as sociedades colonizadas. Nesse momento do trabalho, me debruço sob autores como Mignolo e Quijano, que tratam sobre o conceito de colonialidade do poder, e como essa atuaria como um aparato sombrio da Modernidade para manter viva o conceito da colonização em tempos mais atuais. Para isso, parto de uma análise histórica da construção desses conceitos e como eles reproduzem a missão colonizadora europeia fundamentaria principalmente, nesse contexto, a constituição do indígena como inimigo interno do Estado. Da mesma forma, é importante tratarmos, nesse meio, a significância da acumulação no sistema capitalista, tratada principalmente por David Harvey, e a reprodução do espaço na mesma. Finalizando essa parte, será discutido o conceito de mercantilização sob a luz do capitalismo para deixar-nos cada vez mais próximo do objetivo deste trabalho.

Como último ponto a ser estudado, pretendo investigar o turismo como colonizador, como aparato estatal determinante para a permanência desse sistema de subjugação e domínio de tudo. Faz-se necessário para dar início a última discussão, discorrer sobre as origens do turismo e suas transformações, para analisar o uso das imagens e discursos como forma de deturpação da realidade, ao produzi-la como atrativo turístico. Ademais, também será necessário compreender o conceito de turismo indígena ou etnoturismo, suas características e o que ele significa para as

populações que vivem sob os territórios que os receberão. Abarcando, em seguida, o caso do turismo nas terras de Sierra Nevada de Santa Marta, traremos o contexto das atividades ali realizada e os conceitos que as permeiam. Ao fim, traremos o sentido pelo qual essas mesmas formas de turismo são comercializadas, partindo da lógica do multiculturalismo e da mercantilização descritas sob o neoliberalismo; do mesmo modo, é importante determinar como o que está sendo analisado representa para economia colombiana e para quais fins elas estão sendo impostas.

2. A CONQUISTA DA AMÉRICA: NOVA DIVISÃO MUNDIAL

A Conquista do Novo Mundo denomina-se pelo marco histórico da chegada das expedições europeias na América a partir de 1492, ao início da jornada de Cristóvão Colombo, a mando da Coroa Espanhola, onde avistou as ilhas do Caribe. Naquele momento o principal fator motivador das viagens era a busca por recursos naturais e o estabelecimento de novas rotas comerciais (FERRO, 1996). Ao encontrarem um continente novo, diferente daquele ao qual esperavam encontrar, criou-se um novo sentimento por domínio daquelas terras desconhecidas, a fim da expansão imperial. Foi um período evidente para um processo de colonização dos povos nativos que ali existiam, em prol do controle sobre as riquezas dispostas naqueles territórios e da disseminação do poder europeu. Um regime que pautava-se em grande violência e desprezo com o que se considerava não-humano agravou amargas consequências para os povos tradicionais, que sofreram um longo processo de expropriação por trabalhos em minas e plantações, apagamento de suas línguas e culturas, imposição de religiões europeias, e destruição dos seus modos tradicionais de subsistência. O longo e árduo período colonial moldou intensamente a história do continente americano, em especial na região da América Latina, deixando um impacto persistente na economia, e formação das sociedades aqui presentes, que manifestam-se até os presentes dias. Esse momento na história revelou o início de um duradouro período de despojamento, exploração e opressão das comunidades nativas dada a chegada dos colonizadores, que resultou, levando a uma devastadora redução populacional. A conquista não apenas subjugou os povos indígenas, mas também os despojou de suas terras ancestrais, redefinindo suas estruturas sociais e políticas. O legado desse período é marcado por séculos de marginalização, discriminação e luta por direitos e reconhecimento, mas, mesmo apesar das adversidades, muitas comunidades indígenas continuam a resistir, preservando seus aspectos culturais, linguísticos e tradicionais, enquanto buscam a justiça histórica e a valorização de suas contribuições para a história e identidade das Américas.

2.1 A criação do “Outro”

A grosso modo, a conquista foi uma era que representou uma ruptura irreparável para os povos indígenas, e para a ordem mundial dirigente até o momento; essa história historiográfica de relação entre dominador e dominado, passando pelo período colonial e pela maneira em como foram estabilizadas as relações de poder no Sistema Internacional, criou-se uma divisão do mundo, entre Ocidente e Oriente, que mostra-se intrinsecamente ligada à ideologia de controle dos corpos

subalternizados e subjugados, criada pela ótica eurocentrista de analisar o mundo. À alusão de que o Oriente seria o feminino, fragilizado e irracional, e o Ocidente seria o masculino, racional e moral, cria-se um cenário onde essa visão etnocentrista se consolida e possibilita a disseminação entre “eles” e os “outros”. Para Sacramento e Ribeiro (2013) foi justamente a expansão marítima europeia que evidenciou pela primeira vez o processo de invenção do “outro” como exótico, representado por um arranjo ideológico, social e simbólico das potências europeias. “Nesse sentido, Bhabha defende a posição do Ocidente enquanto representante do “outro” como “objeto de desejo e escárnio, uma articulação da diferença, contida dentro da fantasia da origem da identidade” (SILVEIRA; BAPTISTA 2017, p.30) Noutros termos o “outro” não é visto como ele é, mas sim como desejariam que ele fosse. Assim, “(...) as identidades funcionam como um jogo de espelho no qual quem tem poder para declarar a diferença tem poder para declará-la superior às outras diferenças em que se espelha.” (SILVEIRA; BAPTISTA, 2017, p.31).

2.2. A Colonização da Colômbia

O primeiro explorador espanhol a avistar terra no continente americano foi Cristóvão Colombo, em 1498, quando chegou à região de Paria, na costa da Venezuela. A fim de limitar o poder de descobrimento somente à Colombo, a Coroa espanhola cedeu o poder a outros inúmeros exploradores sobre a realização de viagens em nome da conquista da Terra Firme. (MELO, 1996). Em maio de 1499 foi concedido a Alonso de Ojeda a licença de navegação pela América do Sul e o Caribe, principalmente. Ojeda chegou à Colômbia, pisando pela primeira vez no território através da Península de La Guajira, situada no Norte-oriental do país. La Guajira fazia parte da chamada Governação da Nova Andalucía - o território administrativo ia desde a costa norte do país até o ocidente - um dos primeiros departamentos da governança da Coroa em solo sul-americano (ACUÑA,1999). A viagem foi essencialmente uma visita com caráter informacional e exploratório, onde o objetivo maior era juntar conhecimentos sobre a região e sacar ouro, pérolas e se possível, mão de obra. Em 1501 uma nova viagem foi realizada e, nesse momento, os colonizadores chegaram ao rio Magdalena e à região de Cartagena e Santa Marta, na linha costeira do Mar Caribe. Os indígenas que dali floresceram, foram sequestrados e transformados em escravos, por meio de um decreto real, em 1503, que por se recusarem a aceitarem a tão chamada cura pela doutrinação, foram levados e vendidos nas ilhas Antilhas (MELO, 1996). Nesse mesmo sentido Jorge Orlando

Melo, autor do livro “Historia de Colombia: El establecimiento de la dominación española”, assegura que:

De qualquer forma, é muito provável que, durante essa primeira década do século XVI, o território colombiano tenha sido essencialmente um local adequado para os espanhóis trocarem a riqueza acumulada pelos índios por mercadorias espanholas e fornecerem escravos para os assentamentos das Índias Ocidentais. Esse segundo método deve ter sido muito prejudicial para as comunidades costeiras, que receberam dos europeus, nas palavras de Las Casas, "grandes males". Os índios responderam com uma atitude cada vez mais hostil e conseguiram matar alguns espanhóis; o rei da Espanha, Fernando, o Católico, reafirmou então a política de guerra "com fogo e sangue" contra os índios dessa região, para punir esse povo perverso que não se deixava subjugar em paz. (MELO, 1996 p.4)

O grupo comandante da conquista da América consistia em europeus sucumbidos por sua ganância e incessante busca de riquezas, clérigos e arrecadadores de impostos. Seus prazeres estavam enraizados valores éticos em relação aos povos nativos; ao mesmo tempo que o conflito de interesses marcava suas relações entre si. Tudo isso ocorria sob a égide de uma religião escolástica que procurava adotar uma postura supostamente tolerante em relação ao tratamento físico dos indígenas, mas inflexível quanto à sua cultura (ACOSTA, 2007). Foi nesse contexto que nasceu a Colônia colombiana, cujo ponto de partida foi a criação, pelo imperador Carlos V, da "Real Audiencia" de Santa Fé em 1550.

A Audiência tinha em seu papel fundador a garantia da perseverança dos encomenderos no que, a partir de seus parâmetros, dizia ao bem-estar dos indígenas, isso era, no bom recebimento das instruções da nova fé ali sendo instaurada e para assegurar-se de que os tributos referidos a “seus indígenas” se adequavam ao quesito excessivo da força de trabalho premeditada nessa institucionalização. Uma das principais funções da Audiência era garantir que os encomenderos estivessem cuidando do bem-estar dos índios, tanto na instrução da fé quanto em não lhes cobrar tributos exagerados ou obrigá-los a fazer trabalhos excessivos. Para esse controle, eram realizadas visitas às terras, que consistiam em um ouvidor percorrer as encomiendas, interrogando os índios sobre essas questões. Em algumas seções, foi descrito como o pagamento de tributo não era novidade para eles, pois já haviam pago tributo a seus "senhores" (HERNÁNDEZ, 2020).

Sobre essa contemplação, durante um período de três séculos, a estrutura econômica colonial estava hasteada na aquisição do ouro, da prata e na centralização do monopólio da economia e da política, pautada nos procedimentos decorrentes a mando do Rei. Durante esse processo de consolidação do domínio hegemônico do território e de práticas de existência, as até então determinadas organizações territoriais, culturais e políticas dos povos nativos locais

forçadamente dissociou, os caciques sucumbiram-se de suas proeminências e uma nova ordem socioeconômica foi instaurada (ACOSTA, 2007). No âmbito laboral então, foram determinadas novas funções, segundo parâmetros da Coroa, onde os homens estariam dispostos nas minas, pela busca do ouro, na criação e ordenação de gado, e as mulheres e crianças no plantio agrícola e à serviço dos encomenderos. A encomienda, criada pelos espanhóis, era um sistema que envolvia a exploração de um grupo ou comunidade de indígenas por um colonizador, concedido pelas autoridades, no decorrer de toda a vida do colonizador (LLANO, 1987). Em contrapartida, o colonizador deveria pagar tributos à metrópole e assumir a responsabilidade pela conversão dos indígenas ao cristianismo, esses eram os encomenderos. Posteriormente, as encomiendas vieram a ser substituídas por outras formas de organização social e econômica na América Latina colonial.

A era colonial se caracterizava na submissão contínua dos indígenas perante os colonos, no sequestro e escravização da população africana e no avassalador uso do teologismo e eurocentrismo como principais fontes para a instauração da lógica intelectual europeia (ACOSTA, 2007). Para Mignolo (2017) essa percepção da intelectualidade aparece fortemente atrelada nos princípios da Matriz Colonial de Poder, segundo o autor:

O conhecimento da MCP era uma faca de dois gumes: por um lado era a mediação para a ontologia do mundo, assim como um modo de ser no mundo (a subjetividade); por outro lado, uma vez que o conhecimento era concebido imperialmente como o verdadeiro conhecimento, se tornou uma mercadoria para ser exportada àqueles cujo conhecimento era alternativo ou não moderno, segundo a teologia cristã, e depois, a filosofia secular e as ciências (p.8).

E assim foi, pela maior parte do território colombiano, a invasão e estabelecimento dos colonizadores espanhóis, um processo brutal, marcado por conflitos sangrentos com os aborígenes e aniquilação de povos indígenas nativos como o caso do povo Tayrona - que futuramente mencionarei - e outros. A superioridade tecnológica dos espanhóis, como armas de fogo e cavalos, combinada com alianças estratégicas com grupos locais descontentes, contribuiu para sua supremacia militar.

2.2.1. A exploração da Sierra Nevada

A chegada dos espanhóis à Sierra Nevada, território pertencente aos departamentos de Magdalena, La Guajira e Cesar, localizados no Norte-oriental da atual República da Colômbia, desencadeou em grande escala uma mudança sistêmica de alto grau nas formas de vida antes ali presentes. Por perspectivas geopolíticas e estratégicas, a Sierra Nevada de Santa Marta revela-se

importante muito pela sua disposição geográfica; cadeia montanhosa que dispõe de uma das maiores altitudes do país, além de outras características naturais que enriquecem os recursos ali predispostos (PROSIERRA). Joaquín Vilorio De La Hoz, 2018, aclara sob a luz da historicidade da colonização espanhola, o caso específico de Sierra Nevada, de acordo com o autor,

No caso do território que foi chamado de Santa Marta, o empreendimento de colonização foi confiado ao sevilhano Rodrigo de Bastidas, que chegou pela primeira vez às costas samarias em 1501. Durante os anos seguintes, vários conquistadores espanhóis fizeram incursões de resgate contra os nativos locais, até que o próprio Bastidas fundou Santa Marta em 29 de julho de 1525. Uma vez fundada a cidade, seguiram-se muitos anos de luta com os povos indígenas das cidades próximas, como Mamatoco, Jeriboca e Bonda, bem como períodos de alianças com essas mesmas tribos ou com as tribos de Taganga ou Gaira. (DE LA HOZ, 2018 p.4)

A desestruturação dessas comunidades provocou uma significativa diminuição e parcial aniquilação dos povos por meio da exploração de trabalho escravo nas atividades de mineração, e plantio, na degradação do solo e das práticas agrícolas, propagação de doenças e a expropriação de terras mediante um sistema de submissão. Um dos casos mais emblemáticos deste cenário foi a destruição completa do povo Tayrona, organizados em distintas unidades políticas espalhados pelas encostas oeste e norte da Serra e as áreas costeiras adjacentes (Pueblos Originarios). Nas regiões culturais Tayrona, a que primeiro cedeu à força dos conquistadores foi a faixa costeira, os grupos pertencentes às terras altas ajudados pelas condições topográficas, resistiram fortemente. Sob o mando de Juan Guiral Velón, entre 1599 e 1600, a resistência dos povos nativos foi suprimida por meio de incêndios, massacres e perseguições, foi declarada de fato uma guerra sangrenta a esse povo, que em sua grande maioria foi destruído, e aos sobreviventes o que restou foi um refúgio forçado em território plano, abandonando as montanhas (DE LA HOZ, 2018). Após a derrota, foi naquele momento instaurado o sistema de encomiendas para a região, que viria a ser denominada Nova Reino de Granada, estabelecendo de uma vez por todas o controle territorial e social dos povos originários, pela mão dos colonos. O terreno montanhoso, depois de anos inóspito, veio a tornar-se um ponto de inflexão na restituição étnica daqueles que antes vinham a ser os Tayrona; em meados do século XVIII os indígenas refugiados de outras localidades e etnias retornaram a seus antigos territórios, e puderam reconstruir-se etnicamente. Atualmente, a região abriga os Kankuamo, Arhuaco, Wiwa e Kogui (GALVEZ, 2020).

2.3 De Colônia à República

O processo histórico da transformação da Colômbia de Colônia a República destrincha o que veio a ser mais um período conturbado e negativo para as populações indígenas locais. Os primeiros momentos concretos de modernidade e colonialidade no país estabelecem a criação do imaginário nacional colombiano, que conseqüentemente cataloga o povo nativo como não humano, invalidado de suas línguas, culturas e identidades singulares ao que foi determinado de civilidade. Mecanismo esse, que abarcado pela lógica de discursos racistas e domínio de poderes absolutos, caracteriza o projeto civilizador moderno como o único possível entendimento de humanização. (ESPINOSA, 2007)

Durante todo o período de estabelecimento e desenvolvimento da Colômbia como República, o cenário foi tomado pelas Missões Católicas promovidas pela Igreja com ligações, principalmente, a Roma. O missionários tiveram um papel de grande influência na repartição dos Resguardos - *“(...) uma redefinição das condições de subordinação estabelecidas pelas autoridades coloniais para os índios subjugados e as elites que controlavam as encomiendas, e como uma reconsideração das funções e da legitimidade do Estado colonial no Novo Mundo”* (SOLANO e BOLÍVAR, 2011 p.73) -, no declínio do número de indígenas e no desaparecimento e destruição de suas línguas e modos tradicionais de existência (ROJAS, 2000). Para esse período, os autores Solano e Bolívar (2011) aclaram que

O Novo Reino de Granada foi a única colônia espanhola em que as aldeias indígenas organizadas foram chamadas de resguardos depois que o sistema de encomienda foi abolido. Esse termo se referia tanto à comunidade indígena quanto ao território atribuído a ela, geralmente uma circunferência de uma língua castelhana com um raio traçado a partir da porta principal da igreja da doutrina. Sua criação remonta à transição entre os séculos XVI e XVII, quando as encomiendas foram abolidas devido à redução da população tributária e às contínuas reclamações de vários setores sobre os abusos cometidos pelos encomenderos e pelos mayordomos-administradores. Essa foi a última tentativa das autoridades do Novo Reino para evitar o fracasso da política de manter separada a "república branca" (cidades e vilas dos espanhóis) da "república indígena", bem como para proteger a população indígena da extinção (p.73).

Como bem esclarecem, essa mascarada tentativa de política de proteção falhou de acordo que foram instalando-se comunidades missionárias, a mando do Estado colombiano, em territórios nativos com a falsa moral estabelecida no arcabouço religioso da Igreja Católica de que há um só Deus, governador de todos os aspectos e povos; naquele momento a doutrina, pautada na busca da terra como propriedade privada, expropriar os povos indígenas de seus resguardos em nome da instituição das fazendas (ROJAS, 2000). Vemos em Restrepo (2012) que esse foi um momento

concretizante para a estruturação cada vez mais perceptível de um Estado moderno no período da República vista a persistente tentativa de inclusão de comunidades periféricas, onde até o momento a presença do Estado era quase nula, a fim de trazer para dentro da economia, da política e da cultura, as pessoas que ali habitavam, mais uma vez em nome do projeto civilizador (RESTREPO, 2012). Foi aí então, que ficou determinado que os territórios que não manifestavam estarem ocupados “(...) durante o período colonial constituíam os territórios da Coroa e, como “terras do Rei”, não havia nem encomendero nem missionário que pudesse estabelecer poder discricionário nelas. Durante a República, todas essas terras se tornaram “baldios” ou terras de ninguém”. (ROJAS, 2000, p.72).

3. A ERA DA MODERNIDADE: UMA NOVA FORMA DE COLONIZAR

Esse modesto assunto da Modernidade, porém, merece uma contextualização, dado que na condição colonizadora e, posteriormente de colonialidade, muito se utiliza do conceito como justificativa e legitimação para a missão social europeia. Se partimos da ótica sociológica, o estudo da Modernidade, anterior à sua denominação, remete aos primórdios da ruptura do homem com a Idade Média em um contexto que ainda não os permitia imaginar as transformações que causariam a sua emancipação (GIDDENS, 1999). Dando voz à razão, o homem abandonou suas crenças e convenções em detrimento dos novos tempos. Posteriormente, pelos laços formados com o Novo Mundo, o progresso deixaria de ser regional para tornar-se mundial em maior ou menor escala. Desde o seu surgimento, as ciências sociais lidam com temas da modernidade, e por consequência, com a caracterização da sociedade moderna. O conceito de modernidade, posterior aos processos de modernização, se desenvolve na ideia do homem como sujeito, liberto das injunções de um mundo prefigurado, na compreensão de que os homens podem moldar o mundo a sua imagem e semelhança, modificando-o conforme os seus interesses (GIDDENS, 1999).

Ao referenciar o pensamento de Durkheim à conceitualização da mesma, o que chama atenção passa a ser as transformações sociais ocorridas com o advento da modernidade e como as mesmas estariam manifestando-se na constituição moral do homem moderno e na coesão do corpo social. Seria, então, partir do fenômeno da divisão do trabalho social que o autor busca apreender esse processo e explicar suas consequências, pretendendo demonstrar como a esta transforma-se no principal fator de coesão social nas sociedades modernas, para ilustrar essa transgressão e expressar sua perspectiva acerca de seus efeitos na conformação da sociedade moderna. (DURKHEIM, 1995). Faz-se muito presente no cotidiano e na historicidade, principalmente, do processo colonizador das Américas, também, a noção do mundo moderno e globalizado como governado pela força histórica inexorável e inevitável do progresso, tirando a agência do ser humano de seu próprio processo histórico através da falsa noção de que “a vida e práxis por si só levam inevitavelmente à humanização do ser humano, e não sua coisificação” (MARTINS, 2000). É no berço dessa discussão que podemos perceber as contribuições em relação a sociologia como um esforço, uma forma de tentar apreender esse movimento e essas transformações sofridas pelas sociedades ao longo da história, com o advento da modernidade.

Nesse sentido, faz-se possível entender os primórdios da Modernidade como uma dupla forma de colonização, a primeira praticada mais explicitamente como a dominação do espaço,

ligada a lógica de territorialidade e de formação dos Estados-Nação e a partir disso pela Conquista - a chegada e domínio do Novo Mundo -, e do tempo, como dispositivo de educação sobre conhecimentos civilizados aos não humanos das terras não civilizadas, no contexto renascentista (MIGNOLO, 2017). Para Mignolo (2017), a modernidade seria uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a “colonialidade”, diz que a que a mesma seria assumidamente a resposta específica à globalização e ao pensamento linear global, que surgiram dentro das histórias e sensibilidades da América do Sul e do Caribe.

3.1. A colonialidade como aparato da modernidade

A construção identitária e imaginária de toda a América Latina deriva de uma longa e árdua história de colonização, violência, dominação e subjugação. Açotados por séculos de hegemonia europeia, as vivências de toda região assemelham-se no encobrimento de seu eu, no desaparecimento de suas culturas e no esquecimento de suas religiões. O mecanismo imperial de disseminação racial, em todas e quaisquer esferas, sociais, econômicas e de trabalho, permeia este novo padrão de poder, concebido no berço da subjugação latino-americana e utilizado até os dias atuais, a colonialidade. Tal conceito, desenvolvido por pensadores latino-americanos, com destaque à Aníbal Quijano, disponibiliza a noção da persistência do colonialismo no mundo como uma condição estrutural, perversamente enraizada nas instituições, nas práticas sociais, e nas sociedades colonizadas como parte de si-próprias. A colonialidade consagra-se como poder sistemático e hegemônico, baseada no projeto civilizatório eurocentrista, descartando qualquer possibilidade de permanência da individualidade e do ser indígena. (MAIA e FARIAS, 2019)

Inicialmente, a lógica da colonialidade, um dos alicerces estruturais do sistema colonial de poder, manifestou-se primordialmente nos conceitos de salvação, progresso, desenvolvimento, modernização e democracia.

[...] A etapa inicial dispôs a retórica da modernidade como salvação. A salvação era focada em salvar almas pela conversão ao cristianismo. A segunda etapa envolveu o controle das almas dos não europeus através da missão civilizatória fora da Europa, e da administração de corpos nos Estados-nações emergentes através do conjunto de técnicas que Foucault analisou como a biopolítica. Assim, a colonialidade era (e ainda é) a metade complementar e perdida da biopolítica. Essa transformação da retórica da salvação e da lógica do controle se tornou prevalecte durante o período do Estado-nação secular. (MIGNOLO, 2017 p.8)

A biopolítica, como descrita por Foucault seria o modo designado a como o poder político e a detenção do mesmo, serve como uma intervenção à regulação da vida biológica dos indivíduos e populações, principalmente ao argumenta que a biopolítica está intrinsecamente ligada ao poder, pois o Estado moderno exerce controle e regulação sobre os corpos e as vidas dos indivíduos para manter e consolidar seu próprio poder. (DANNER, 2017). Ao analisar a biopolítica ele faz destaque de como as estratégias de poder se infiltram na vida cotidiana e nas estruturas sociais, influenciando a maneira como vivemos, nos relacionamos e nos identificamos como seres sociais. Em consonância à este pensamento, elaborado pelo filósofo, podemos analisar a fusão de diferentes narrativas culturais, forçada por uma espécie de biopolítica, e consolidada em um único mundo unificado sob a lógica do eurocentrismo resulta em uma configuração cultural, intelectual e, em última instância, intersubjetiva, em que todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais tornaram-se amalgamados em uma única ordem cultural global, construiu-se um novo paradigma global pautada na ideologia colonial (QUIJANO, 2005).

A produção histórica da América Latina começa com a destruição de todo um mundo histórico, provavelmente a maior destruição sociocultural e demográfica da história que chegou a nosso conhecimento [...] se trata, primeiro, da desintegração dos padrões de poder e de civilização de algumas das mais avançadas experiências históricas da espécie. Segundo, do extermínio físico, em pouco mais de três décadas, as primeiras do século XVI, de mais da metade da população dessas sociedades, cujo total imediatamente antes de sua destruição é estimado em mais de cem milhões de pessoas. Terceiro, da eliminação deliberada de muitos dos mais importantes produtores, não só portadores, daquelas experiências, seus dirigentes, seus intelectuais, seus engenheiros, seus cientistas, seus artistas. Quarto, da continuada repressão material e subjetiva dos sobreviventes, durante os séculos seguintes, até submetê-los à condição de camponeses iletrados, explorados e culturalmente colonizados e dependentes, isto é, até o desaparecimento de todo padrão livre e autônomo de objetivação de ideias, de imagens, de símbolos. (QUIJANO, 2005b, p.16)

A produção dos povos indígenas em inimigos internos do Estado se dá por meio de um instrumento estatal historicamente fundamentado nas estruturas de poder, políticas discriminatórias, práticas de marginalização e de eliminação da autonomia e existência desses grupos étnicos, implementada de maneira violenta. Inicialmente essa subjugação, como vimos, foi impulsionada por diversos mecanismos e estratégias de políticas coloniais e imperiais empregadas por Estados tradicionalmente dominadores com o objetivo de disseminar a desumanização e categorização dos povos indígenas como “outros”, estranhos a cultura e a identidades nacionais, como povos sem história. Animalizados por essas concepções eurocêntricas, essa perspectiva é reforçada através da ininterrupta depreciação do meio ambiente e seus habitats e negação dos

conhecimentos indígenas, impondo uma visão de mundo que estabelece as práticas ocidentais com superiores.

A categorização do nativo como uma anomalia social e um efeito de poder delineou-se tanto na era colonial, quanto na moderna, presente no desenvolvimento e estruturação do Estado-nação, tendo como base a lógica capitalista de sempre considerados como "não redimíveis" - incapazes de se adaptar aos moldes culturais e sociais impostos pelos colonizadores - os indígenas foram submetidos a um conjunto de políticas assimilacionistas de abstração ambígua entre indígena e cidadão (ESPINOSA, 2007). A ilusória dicotomia entre ser um "índio" e um "cidadão", e a criação do imaginário aborígine - como gentes sem história e cultura, arremetidos de valores sociais e éticos - passa a ser um obstáculo para sua plena participação na sociedade, uma falsa moralidade do que viria a ser a garantia de proteção do Estado sob sua sociedade perante o conceito da Modernidade que, de fato apenas constata uma continuação das estruturas coloniais em viés da exclusão e oclusão desses povos.

Como a "identidade" (nossa identidade como nação) foi colocada como uma questão de busca e estabelecimento do projeto nacional com base na luta entre a civilização e a barbárie, o índio e as práticas insurgentes de resistência desafiaram tanto as representações coloniais da "humanidade civilizada e cristianizada" quanto às representações republicanas de uma "comunidade política moderna". A sobreposição das imagens dos aborígenes como índios (humanidade nos limites da civilização e do cristianismo) e do índio como inimigo interno (negatividade da comunidade política republicana) estabeleceu um impasse na constituição universal e emancipada de nossa própria identidade desde o século XIX e reproduziu uma versão colonial do índio como uma figura desordenada e problemática, vinculada ao problema genérico do bárbaro, que exigia disciplinamento territorial, produtivo, moral e político, por meio de sua assimilação definitiva. (ESPINOSA, 2007 p.272)

A criação do "Outro" dentro da lógica racial eurocentrista e do sistema capitalista, como analisado previamente neste texto, está intrinsecamente ligada à construção social de hierarquias e à busca por dominação e exploração. A missão civilizatória europeia estabeleceu o único possível paradigma onde o "Eu" - branco e europeu - estaria definido como superior e civilizado, enquanto o "Outro" - tudo o que resta - seria retratado como inferior e primitivo. Essa distinção parte da também aqui já mencionada, historicamente enraizada ideia de superioridade racial branca, perpetuando com a ideia de que os padrões culturais, sociais e intelectuais ocidentais são superiores e universais, relegando as demais culturas e povos não brancos a uma posição de subalternidade. Esse imaginário, fabricado como uma entidade singular a ser explorada e subjugada, mantém-se fundamental ao justificar a expansão imperialista, a exploração econômica, a racialização da sociedade e, mais atualmente, na utilização desses mesmos povos historicamente subordinados, à

monopolização de suas culturas e tradições em nome do bem econômico nacional, como no aspecto turístico. Construção essa, que serve igualmente para justificar a exploração, para perpetuar um sistema de poder que beneficia os grupos dominantes em detrimento da dignidade e dos direitos dos povos considerados "exóticos" e "inferiores" dentro dessa estrutura hegemônica.

3.2 A acumulação no sistema capitalista

A evolução do sistema capitalista, começou no momento que o feudalismo possibilitou a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas, devido ao capital agrário, onde o modo de produção passou a ser evidenciado na força do trabalho e na exploração de mais valia. Os meios de produção eram concentrados na mão dos senhores feudais que asseguravam a acumulação de capital por meio dos processos coloniais e imperiais de apropriação de ativos, tudo isso viabilizou a monetização de troca e a taxação de terras, sendo o princípio da lógica capitalista de acumulação (HARVEY, 2004). O processo de acumulação do capital e a destruição ambiental têm uma plena conexão entre si, ao contrário do que muitos pensam, não está ligado à indústria e tecnologia e sim às intrínsecas relações sociais capitalistas. Desde suas origens, o capitalismo se baseia na acumulação do capital, esta acumulação pode-se dividir entre a exploração da força de trabalho onde é retirada a mais-valia e o lucro e a exploração de recursos naturais que tem ligação direta com a propriedade privada (HARVEY, 2004). A propriedade e os recursos naturais, entram como meio de execução do processo de acumulação e a força de trabalho em si, como a geração do valor, pois só o trabalho tem esse poder. A despossessão faz parte do processo histórico de criação do capitalismo, onde alguns são os proprietários do meio de produção e os outros são operários, indígenas e marginalizados que ocupam a terra ou a cidade. Ou seja, o sistema capitalista cria condições para o aumento da produtividade, logo, os espaços precisam ser ocupados para criar e manter a lucratividade do capital.

3.3 A reprodução do espaço para o sistema capitalista

Dentro dessa mesma discussão faz-se de suma importância contextualizar o pensamento de David Harvey sobre a reprodução do espaço, seguindo as noções capitalistas de mercado, como um conceito fundamental na compreensão das dinâmicas socioespaciais que tratam do processo contínuo e complexo pelo qual o espaço geográfico se vê constantemente criado, transformado e recriado pela interação entre a sociedade e o ambiente físico. Segundo Harvey, no capitalismo, a

reprodução do espaço está intrinsecamente ligada à reprodução ampliada do capital. Ele discute a produção e a reorganização do espaço como parte integrante da lógica de acumulação de capital, onde o espaço não seria apenas um recipiente neutro onde a atividade econômica acontece, mas é ativamente moldado e transformado para atender aos interesses do capitalismo (HARVEY, 2001). Esse fenômeno não ocorre de maneira aleatória, mas sim a partir de influências variadas de fatores, como processos econômicos, políticos, culturais e tecnológicos. Quando argumenta que o capitalismo busca incessantemente novas formas de expansão e acumulação, isso implica na reconfiguração do espaço geográfico para criar condições favoráveis à valorização do capital. Assim, a visão do autor sobre a reprodução do espaço no capitalismo destaca a interconexão entre a dinâmica econômica, o poder político e as relações sociais na transformação e na produção do espaço geográfico, evidenciando as contradições e os conflitos inerentes a esse processo dentro do sistema capitalista. Como consequência esse modelo, criado, produzido e distribuído como modelo interno para o externo tende a reproduzir desequilíbrios sobre seu próprio funcionamento. Para isso, Harvey (2001) diz que:

[...] nas economias capitalistas desenvolvidas, a oferta de força de trabalho, a oferta de meios de produção e da infraestrutura, e a estrutura de demanda são todas “produzidas” no modelo capitalista de produção, Marx concluiu que o capitalismo tente, ativamente, a produzir algumas barreiras para seu próprio desenvolvimento (p.45).

À essa proposta, temos também o pensamento de Edward Soja (2013), que em sua obra "Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica", desafia a visão predominante na teoria social que priorizava o tempo e a história em detrimento do espaço. O autor propõe uma perspectiva espacial que vai além da simples concepção física ou geográfica do espaço, tendo o espaço não apenas como um recipiente inerte, mas sim como um produto socialmente construído, dinâmico e permeado por relações sociais, de poder, identidades e significados. Ao deslocar o foco para o espaço, pertencente na teoria social, Soja (1993), busca compreender como as relações sociais são moldadas, produzidas, reproduzidas e contestadas por meio da organização e produção do espaço ao argumentar que a forma como o espaço é planejado, organizado e experimentado afeta diretamente a posterioridade dinâmicas sociais, econômicas e políticas de uma sociedade. Tendo como base para seu argumento a teoria social crítica, o autor expõe evidentemente que dentro do berço teórico da mesma, que o mundo, por meio da práxis social e do exercício humano, está em constante mudança e formação (SOJA, 1993). Para o autor:

O espaço heterogêneo e relacional das heterotopias de Foucault não é nem um vazio desprovido de substâncias, a ser preenchido pela intuição cognitiva, nem um repositório de formas físicas a ser fenomenologicamente descrito em toda sua resplandecente variabilidade. Trata-se de um espaço outro, daquilo que Lefebvre descreveria como *l'espace vécu*, a espacialidade efetivamente vivida e socialmente criada, simultaneamente concreta e abstrata, a textura das práticas sociais. É um espaço raramente visto, pois tem sido obscurecido por uma visão bifocal que, tradicionalmente, encara o espaço como um constructo mental ou como uma forma física [...] (p.26).

3.3.1 A mercantilização de tudo no Neoliberalismo

Destarte faz-se de suma importância contextualizar brevemente a instauração da lógica neoliberal no mundo capitalista e o protagonismo de atores que a moldaram como uma doutrina socioeconômica, principalmente durante a Nova Ordem Mundial. Em meados dos anos 70 a constante alta nas taxas de desemprego e aceleração inflacionária, como consequência da crise de acumulação do capital, abalou as estruturas do modelo econômico sistêmico vigente da época causando uma insatisfação difundida por todo o Sistema Internacional ao ponto, também, de evidenciar a ameaça perante a posição das elites nacionais de retentoras do poder econômico (HARVEY,2005). Nesse contexto, a manutenção do modelo vigente seria insustentável e a necessidade por uma mudança drástica na economia tomaria forma e a partir da elaboração da nova ordenação econômica, consequentemente, alteraria-se simultaneamente a lógica do mercado.

Em sentido de sustentar essa afirmação David Harvey (2005) aponta que

Tomando ideais de liberdade individual e virando-os contra as práticas intervencionistas e regulatórias do Estado, os interesses da classe capitalista podiam alimentar a esperança de proteger e mesmo restaurar sua posição. O neoliberalismo era bem adequado a essa tarefa ideológica, precisando, porém, da sustentação de uma estratégia prática que enfatizasse a liberdade de escolha do consumidor, não só quanto a produtos particulares, mas também quanto a estilos de vida, formas de expressão e uma ampla gama de práticas culturais. A neoliberalização precisava, política e economicamente, da construção de uma cultura populista neoliberal fundada no mercado que promovesse o consumismo diferenciado e o libertarianismo individual (p.24).

Em busca de implantar e aprimorar o que acima Harvey chamou de consumismo diferenciado e libertarianismo individual, o neoliberalismo enxergou como ponto de partida a instância para expandir o campo do mercado, para além da lógica mercantil, por meio de um processo conhecido como mercantilização. Para Dardot e Laval (2016), a produção crescente de mercadorias estaria intrinsecamente acoplada à acumulação do capital, e para que a mesma possa florescer “o neoliberalismo deve ser caracterizado pela transformação da competição em forma geral das atividades de produção, especialmente daquelas que produzem serviços não mercantis e até mesmo daquelas atividades sociais fora da esfera produtiva.” (p.2-3).

Corroborando com a explicitação de Dardot e Laval, onde a competição da produção de todos os tipos de mercadoria, seria o que caracteriza a ideologia por trás do neoliberalismo, para Harvey (2005), essa culminaria-se como veículo da consolidação do poder monopolista. Podemos concluir então, fazendo alusão ao pensamento dos três autores aqui citados, que o processo que caminhou para o levante do neoliberalismo na ordem mundial, seria meramente “(...), um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas.” (HARVEY, 2005, p.12), onde essas mesmas elites fariam um papel não limitador do poderio do Estado, mas sim transformá-lo e assim possibilitar a expansão da lógica do mercado (DARDOT; LAVAL, 2016).

4. O TURISMO COMO MECANISMO COLONIZADOR

Ao analisarmos as práticas de turismo contemporâneas, em especial aquelas que tomam sua forma em comunidades originárias, marginalizadas ou o que podemos chamar aqui, após a longa discussão sobre essa denominação, de “outros”, devemos ter em mente a maneira com qual essas são instaladas e por qual motivo são realizadas, e conseqüentemente comercializadas em alto fluxo. Partimos do ponto em que o turismo, como conhecido atualmente, e em sua origem, foi criada por um grupo específico com uma visão própria do mundo; os europeus. Para Coelho (2022):

Ao se valer de imagens de um passado colonial, a indústria do turismo perpetua a ideologia do colonialismo e impede que a população local defina uma identidade própria (PALMER, 1994). A ligação do turismo com um passado colonial se manifesta de diversas formas através das viagens e, como argumental Bourkhis e Peyvel, (2019), essas negociações com o passado reproduzem ou reconfiguram relações de poder profundamente desiguais, não só entre ex-colonizadores e colonizados, mas também no seio das populações locais, desafiando o papel potencialmente emancipatório do turismo. Novamente, a existência de elites locais (europeizadas) desponta como um fator que termina por reforçar as características colonizadoras do turismo (p.102).

Para Coelho (2022), o modo com qual a relação europeia a seus colonizados é um fator de extrema importância para compreender como o processo de formação do turismo se deu, tendo como base o imaginário europeu. A ideia do exótico, remeteria, então, aos povos e paisagens, distantes daquilo que se era conhecido pelo europeu, e seria justamente nesse momento em que a Europa escreveria a história das viagens, como uma fixação no tempo e no lugar. Dito isso, “A narrativa de viagens dá origem a categoria do escritor viajante, e ambigüidade se manifesta no olhar europeu sobre as terras americanas, que ora eram vistas como “um lugar paradisíaco, ora como o lugar da indolência e da crueldade, ora como o lugar ideal para a difusão das luzes” (MELLO, 2010, p.146). (COELHO, 2022 p.112)

4.1. Os primórdios do turismo

Temos, na história os primeiros traços da etimologia na palavra turismo no princípio das viagens realizadas por nobres ingleses e alemães a fins do século XVII; essas eram práticas conhecidas como “Grande Tour”, onde o objetivo delineava-se sobre a imposição da educação transpassadas de classes dominantes a zonas rurais; que futuramente, de acordo com Pérez (2009), viria a ser “(...) o início de um trabalho político e diplomático para os negócios” (p.18). A partir do século XVIII majoritariamente promovido, senão por completo, pela Revolução Industrial e a

crescente industrialização e inserção do avanço tecnológico o novo padrão de desenvolvimento pautado sob a recém criada divisão do trabalho e a dicotomia entre o rural e o urbano passam a moldar de maneira rápida a evolução societária e o contingente populacional estabelecido no mundo (REIS, 2009). O turismo, como forma de acumulação central no capitalismo, está ligado aos princípios econômicos do sistema; sendo uma mercadoria valiosa, onde destinos, experiências e serviços são comercializados e consumidos, “(...) uma vez que os gastos dos que fazem turismo se convertem em mais valia, movimentando o capital hoteleiro, da aviação, de restaurantes e lojas comerciais.” (BRAMBATTI, 2011 p.1).

Para Harvey (1990), a realização das viagens é um método de liberar capital para a acumulação, sendo, portanto, um fator presente no dinamismo do capitalismo. Para a sociologia o turismo de lazer seria um advento da industrialização, sendo algo desenvolvido inerentemente pelo sistema capitalista, transformando-se posteriormente em um mercado próprio do capitalismo como forma de acumulação e fundamental à circulação de capital (BRAMBATTI, 2011). Esse seria, então, o momento histórico do boom do turismo, onde as viagens passam a ter um aspecto de lazer para uma classe social “(...) que começa a viajar, resultado da acumulação em poupança suficiente para gastar em lazer, e necessidade de fazê-lo, para fugir do cotidiano do trabalho nas fábricas, na medida em que foi sendo reduzida a carga horária de trabalho.” (BRAMBATTI, 2011 p.3).

Visto que, para Reis (2009),

É no lugar onde o capital se materializa e sobrepõe suas formas fixas. Segundo Smith (1984, p.182) “o investimento de capital no ambiente construído está em sincronia com o ritmo cíclico mais geral de acumulação do capital”. O lugar é o locus da produção e do consumo, onde se encontram as contradições e desigualdades que são globalmente produzidas por um processo histórico. Em lugares onde o turismo se expande concomitantemente há um investimento em equipamentos, serviços, comércio e infraestrutura, assim como um processo de urbanização atrelado a um novo contingente de habitantes, que são atraídos pelas possibilidades do crescimento econômico local, características como estas têm sido componentes básicos da forma e estrutura desses recortes espaciais. Antes de sua completa mercantilização as viagens a lazer já existiam, submetidas a uma lógica diferenciada, restringiam-se a determinados lugares. Foi só recentemente sob o capitalismo, com o turismo em massa, que esta passou a se expandir por todo o espaço, consumindo e reproduzindo os mais diversificados lugares (p.14-15),

Essa percepção seria, de certa forma, o lugar em que se manifestam os desequilíbrios, as situações de conflito e as tendências da sociedade que se volta para o mundial. Mas se a ordem próxima não se anula com a enunciação mundial, recoloca o problema numa outra dimensão, neste caso o lugar enquanto construção social, abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço (CARLOS, 2007). Apesar do processo

contínuo de reprodução das relações sociais, a designação de lugares como fragmentos do mundo moderno permanece intacta, isso porque o global não supera o local. O lugar é formado através da interação conflitante entre a presença global e o contexto histórico do local específico. Assim, o lugar funciona como a intersecção do global e do local, onde a globalidade se estabelece e o local é representado como uma entidade tangível e distintiva. Esta intersecção representa um momento crucial na manifestação do lugar.

4.2. O turismo indígena

O turismo indígena se esforça em promover e fortalecer a sustentabilidade dos serviços de ecoturismo, reconhecendo-os como ferramentas eficazes para a preservação do património cultural e ambiental. Estes serviços são essenciais para o desenvolvimento econômico das comunidades locais e o seu sucesso depende da acessibilidade à informação, tecnologia adequada e formação. A participação ativa e a responsabilidade compartilhada dos membros da comunidade são sempre incentivadas. O impacto do turismo indígena vai além dos benefícios econômicos, contribuindo para a preservação dos recursos naturais e capacitando os membros para serem corresponsáveis em questões de política ambiental e de turismo. Esta abordagem ao turismo estabelece-se em práticas de trabalho democráticas e solidárias que garantem a distribuição justa dos benefícios (GONZÁLEZ, 2008).

Ao trazer esse conceito, porém, à lógica do ideário europeu, que proporciona e legitima relações de racismo contra corpos subalternizados para a visão do turismo, as relações de dominância prevalecem. A realização de programas turísticos como visitas às reservas indígenas, ou passeios pelas favelas brasileira, e até mesmo safáris na África, corroboram com a ideia de Moassab (2012), e complementação de Silveira e Baptista (2017) de que “(...) *apesar da aproximação física do visitante com o destino turístico, não é possível romper com a distância social entre realidades opostas.*” (SILVEIRA e BAPTISTA, 2017, p.39), em outras palavras, os autores dizem que o “outro” seria um material de consumo para reinventar e eternizar as relações de poder. Dessa maneira, “O turismo utiliza práticas de significação institucionais para promover uma apresentação, muitas vezes redutora dos lugares e das pessoas, enquanto mero espetáculo de entretenimento. (Santos 2008).” (SILVEIRA; BAPTISTA, 2017 p.33

Para atingir essas práticas, faz-se o uso de uma linguagem promocional que para a Santos (2008) seria um método de reforçar e manter as relações de poder e dominância, de maneira a

representar uma fábula onde os destinos turísticos seriam paraísos imateriais, determinados por quem detém do poder. Tais características de um destino específico, seriam moldadas por quem as interessa, de acordo com o que é relevante aos mercados emissores, ou seja, prevalece, nos materiais de divulgação turística, um discurso eurocêntrico predominante, que vê o resto como “outro” e contribui para a perpetuação do poder” (CHETTY, 2011). Assim, “Aos habitantes restaria apenas atender aos intentos esperados pelos visitantes provisórios, sob pena de perder mercado para outro destino que se proponha a atender aos desígnios dos viajantes.” (SILVEIRA; BAPTISTA, 2017, p.34)

4.2.1 O caso de Sierra Nevada de Santa Marta

O caso da inserção do setor de turismo dentro do território de Sierra Nevada de Santa Marta condiz, essencialmente, sobre a Cidade Perdida de Teyuna e no Parque Nacional Tayrona, que apesar de fazerem parte dos resguardos indígenas sob a jurisdição e constituição colombiana, são considerados patrimônios nacionais e parques ecológicos administrado pelo Instituto Colombiano de Antropologia e História (Icahn) e, sem dúvida, a principal atração turística destes territórios é seu patrimônio material (ProColombia).

Dessa maneira, a ligação entre o patrimônio cultural e o patrimônio natural é irrefutável, pois ambos são componentes da biodiversidade do planeta, da qual o ser humano é uma parte crucial. No entanto, cada tipo de patrimônio envolve campos institucionais, processos sociais e econômicos distintos e requer competências técnicas específicas para a sua gestão (MALDONADO, 2005). Para o autor, à luz de garantir que o patrimônio cultural e natural no turismo seja gerido de forma sustentável, deve haver uma abordagem conceitual unificada, uma convergência de instrumentos jurídicos e estratégias para fazer cumprir medidas regulamentares e outras iniciativas que salvaguardem o patrimônio.

A situação na Sierra Nevada destaca vários imperativos impostos pelos processos de turismo e patrimônio. Primeiro, a pressão turística leva os nativos a um essencialismo estratégico [Spivak, 1988] que envolve a reafirmação de seus vínculos ancestrais com os vestígios pré-hispânicos. Esse processo visa a garantir a legitimidade territorial da população indígena e a reapropriação de seus recursos. Entretanto, apesar desse processo de reetnização e da avançada legislação colombiana sobre direitos culturais, o patrimônio (tangível, intangível ou natural) é visto como um recurso econômico para fins de turismo e como uma fonte de prosperidade para a nação. Portanto, as comunidades indígenas são obrigadas a entrar no circuito turístico se não quiserem que projetos de turismo sejam impostos em seu território a partir de fora. Finalmente, para garantir sua soberania territorial, as populações nativas devem encenar uma identidade facilmente consumível

por meio de sinais exóticos que correspondam às imagens de identificação [Augé, 1994; Cousin, 2003] promovidas pelos paradigmas do etno/ecoturismo. (p.133)

As comunidades nativas de Sierra Nevada enfrentam uma divisão no que diz respeito aos projetos turísticos e patrimoniais. Algumas autoridades indígenas se opõem à entrada de organizações indígenas no sistema, enquanto outras acreditam que seria melhor controlar o turismo entrando no circuito de dominação do setor. De acordo com Guiland e Ojeda (2013), estabelecer uma fundação indígena para criar uma agência de turismo é a única forma de recuperar recursos e proteger a sua cultura. Tierradentro – localizado no departamento de Cauca - e a Sierra Nevada de Santa Marta são exemplos onde os povos indígenas fazem parte dos atrativos vendidos aos visitantes, mas dificilmente se beneficiam da atividade turística ou têm voz na forma como ela é realizada. Eles são frequentemente chamados de “índios permitidos” devido à sua condição de povo indígena em termos de seu nível de acordo com o projeto turístico desenvolvido sob suas áreas. Este entrelaçamento, entretanto, de territórios e soberanias de diferentes naturezas caracteriza o cenário turístico da região e revela graves contradições que surgem no uso, controle e desenvolvimento dos elementos naturais. Segundo o relatório de análise de promoção do MinCIT de 2022, o número de visitantes aos parques nacionais beira 1,2 milhões de pessoas, gerando um fluxo muito grande de pessoas não indígenas adentrando territórios indígenas.

4.3. A mercantilização dessa forma de turismo

O turismo indígena e a sua promoção como mercadoria têm em seu berço a industrialização da cultura. Muito utiliza-se da falácia de que esse atrativo turístico proporciona intercâmbio cultural para todas as partes envolvidas no processo, ou seja, entre os povos originários, que compartilham do seu conhecimento e tradições, e os visitantes, enlouquecidos por enriquecimento cultural estrangeiro. À essa lógica, faço alusão à obra “Raça e história”, de Lévi-Strauss, onde o autor enfatiza a importância da diversidade entre as culturas e a luta contra o racismo, que:

[...] no estado atual da ciência, permite afirmar a superioridade ou a inferioridade intelectual de uma raça em relação a outra, a não ser que se quisesse restituir sub-repticiamente a sua consistência à noção de raça, parecendo demonstrar que os grandes grupos étnicos que compõem a humanidade trouxeram, enquanto tais, contribuições específicas para o patrimônio comum. (LÉVI-STRAUSS, 1952. p. 1).

Esse etnocentrismo, porém, descrito pelo pensador belga utiliza da percepção única de civilidade europeia, ao analisarem a possível existência de uma cultura dentre aqueles povos denominados por eles “selvagens” ou “primitivos”. Sua crítica ao que chama de evolucionismo

social atrela-se essencialmente à utilização desse etnocentrismo em meio à busca pelo progresso de uma civilização inferior para superior, baseando-se em uma relativização cultural, ou seja, um melhor e maior entendimento dos processos culturais de diversas outras sociedades, para poder extinguir esse pensamento ilógico. Presos, entretanto, em uma ordem mundial pautada pela razão da Modernidade, ousa dizer que esse aspecto tratado por Lévi-Strauss seria possível apenas em uma sociedade onde a própria cultura não houvesse passado por um processo de transformação em um mecanismo de perpetuação e reverberação do racismo.

O turismo contemporâneo, tal como é promovido e praticado, apesar de ser muitas vezes encarado como uma atividade inofensiva e de integração cultural, pode ser caracterizado como um fenômeno colonizador, já que se fundamenta em uma estrutura exploratória e desigual que perpetua e amplia as disparidades sociais existentes. (COELHO, 2022). Um dispositivo encapado por uma faceta obscura que pode ser interpretada como uma perpetuação da colonização, contribuindo para a disseminação da desigualdade social e racial. Em muitos casos, o turismo é estruturado em torno de uma dinâmica que reflete as relações de poder historicamente estabelecidas durante os períodos coloniais. Destinos turísticos frequentemente comercializam uma narrativa de excentricidade, muito estereotipada, que promove a ideia do "exótico" e do "selvagem" em contraste com a modernidade ocidental, perpetuando estigmas e hierarquias raciais. Conseqüentemente, a ideia do "exótico", associada a indivíduos e paisagens remotas, está forjada no contraste com o que se percebe como a civilização europeia, principalmente durante os contatos com os denominados 'selvagens', configura seu imaginário em relação aos territórios e às populações colonizadas, assumindo assim um papel relevante na compreensão dos atuais desenvolvimentos no surgimento do turismo (COELHO, 2022).

Tanto o turismo quanto o pós-colonialismo, como um arcabouço teórico, desfrutam de raízes coloniais servindo, portanto, como estruturas perceptivas dos mitos associados ao conceito de "exótico" colonial. (D'HAUTESERRE, 2004). A ligação forte com a história, permite que as relações de poder entre dominantes e dominados, tanto quanto a impossibilidade por um reconhecimento identitário dos povos autóctones, se mantenham a mesma, dificultando o distanciamento com a categorização por meio do setor turístico. Nesse sentido, *"(...) a teoria pós-colonial é útil nas análises do turismo, na medida em que demonstra a continuação das relações coloniais de poder no turismo, tanto em nível estrutural quanto ideológico"* (COELHO, 2022 p.97). Para isso, a indústria do turismo, ao se valer de representações ligadas a um passado colonial,

preserva ativamente a ideologia do colonialismo, o que dificulta a população local em estabelecer sua própria identidade (PALMER, 1994). E como resultado, a comercialização da mesma, em sua maioria explora as culturas locais de maneira superficial e excludente, transformando-as em espetáculos para consumo, enquanto marginaliza ou ignora questões socioeconômicas e políticas enfrentadas por essas comunidades.

A relação entre o turismo e as áreas naturais protegidas se apresenta então como um duplo exemplo da perda de controle das populações locais sobre seus territórios. Primeiro a conservação – aplicando o que Guha (1997) classifica como “imperialismo conservacionista” – altera as dinâmicas locais de atuação nos espaços, e em seguida o turismo se apropria dos territórios, incorporando-os a sua lógica de mercantilização e consumo das paisagens. As áreas naturais são transformadas em “paraísos perdidos”, lugares de “re-criação” para turistas que necessitam “experimentar novos ares” (BRUNEL, 2009, p.09). É o que Crick (1989, p. 307) chama de “imperialismo de lazer”, que considera como sendo “face hedonista do neocolonialismo”, em que áreas do próprio país são entregues ao prazer de estrangeiros. Assim, o turismo induz a impressão de que os parques são reservados para que os estrangeiros brancos ricos se divirtam (MYERS, 1972). (COELHO, 2022, p.120)

Podemos analisar tal discussão como uma convergência entre patrimônio e turismo, que resulta, em última análise, na implementação de um modelo de formação empreendedora e cultural que se alinha com os princípios do multiculturalismo neoliberal (GUILLAND e OJEDA, 2013). Temos então que o multiculturalismo está intimamente ligado ao neoliberalismo de várias maneiras, não envolvendo apenas dominar as populações indígenas, mas sim inundá-las com iniciativas de etno desenvolvimento e, no processo, exacerbar as crises ambientais, o racismo e a concentração de poder nos seus territórios. Em termos de ideias e representações, as políticas culturais do multiculturalismo são congruentes com a “visão do mundo” neoliberal. Portanto, o multiculturalismo neoliberal tende a atribuir responsabilidades aos seus novos clientes ou utilizadores. A comunidade é vista e tratada como um negócio, conforme demonstrado por (BOCCARA; AYALA, 2011)

4.4. O turismo na economia colombiana

O momento mais marcante para essa disparada do turismo com efeito no setor econômico do país, se dá pela criação da Lei Geral de Turismo, de 1996, criada pelo presidente Alvaro Uribe. Foi empenhada por uma campanha pela luta contra a consideração mundial de que a Colômbia seria um país de extremo perigo e violência, onde os turistas eram aconselhados a não visitar (FLETCHER, 2011). Nesse contexto foram criados inúmeros órgãos e agências nacionais voltadas para o desenvolvimento dessa indústria; entre elas estão o Vice ministério de Turismo, a Direção

de Qualidade e Desenvolvimento do Turismo Sustentável e a Direção de Análise Setorial e de Promoção encarregados de comandar essa nova esfera econômica do país (ARÉVALO, 2021), a criação do primeiro atrativo, seria o ecoturismo, dado o grande aumento de procura e desenvolvimento deste setor mundo afora (FLETCHER, 2011). Nos últimos anos o setor turístico da Colômbia, com destaque ao ecoturismo, vem perceptivelmente alavancando sua importância para a economia nacional. Atualmente ocupa o terceiro lugar no fluxo de investimentos do país, e no ano de 2022, segundo o Ministério de Comércio, Indústria e Turismo do país, alcançando uma porcentagem de 2,1% em seu Produto Interno Bruto (PIB), com uma renda total no ano de 28 bilhões de pesos colombianos (MinCIT, 2022).

Com grandes apostas no setor, outro tipo de turismo foi instituído, o chamado turismo comunitário; a ProColombia – Consulado Comercial da República da Colômbia, um órgão do governo responsável pela promoção do turismo, investimento e exportações do país – define o turismo comunitário como um modelo de negócio que busca gerar um desenvolvimento equitativo e sustentável, no qual a comunidade melhora sua qualidade de vida, protege seu território e mantém seu patrimônio vivo e orgulhoso (ProColombia). Para Cataño (2020):

No país, fala-se de turismo comunitário, dentro do qual existem diferentes variantes, incluindo o turismo indígena, mas ele não constitui um ramo independente que mereça seu próprio desenvolvimento, financiamento e estudo. Por esse motivo, as políticas que foram desenvolvidas correspondem, em nível geral, à promoção desse tipo de turismo, quando, desde 2012, as "Diretrizes de políticas para o desenvolvimento do turismo comunitário na Colômbia" foram desenvolvidas no âmbito do "Plano Nacional de Desenvolvimento 2014-2018". (p.6, tradução nossa).

Segundo Arévalo (2021), a política turística seria uma política pública setorial, que por meio de ações conjuntas funcionam como uma metodologia de intervencionismo do Estado para aplicar o turismo, e seu desenvolvimento contínuo, em qualquer território nacional que desejar. O Estado colombiano tem interesse em posicionar o país no mercado turístico global e demonstrar a sua competência na gestão da diversidade cultural, para isso o etnoturismo surge como uma oportunidade tangível para alcançar o objetivo, pois serve como uma estratégia de desenvolvimento viável que satisfaz as exigências do mercado globalizado, ao mesmo tempo que defende uma fachada de respeito pela diversidade cultural (GUILLAN e OJEDA, 2013).

Atualmente, de acordo com o último censo DANE – Departamento Administrativo Nacional de Estatística da Colômbia – a população indígena presente no país é de 1.905.617 pessoas pertencentes a 102 grupos étnicos diferentes, o governo colombiano, porém, reconhece 87

(CATAÑO, 2020). Seguindo esses dados, percebemos que no caso colombiano, assim como o de muitos outros países, o desconhecimento do Estado sobre as comunidades indígenas do país seria um dos principais motivos pelo qual o turismo realizado em áreas indígenas mostra-se irresponsável, por maior que seja o esforço em construir de fato um turismo consciente e sustentável. De fato, é impossível reproduzir uma ação de respeito às comunidades, ao meio ambiente e suas tradições, se as mesmas são tratadas com indiferença e o único objetivo como um todo, para o desenvolvimento do setor, seja o avanço e estabilidade econômica nacional com base na proteção do monopólio do Estado sobre o domínio das políticas de turismo.

Na Colômbia, o turismo aparece como um fator de desenvolvimento sustentável viável, com a capacidade de enriquecer as regiões e consolidar uma imagem nacional vendável no exterior. Ao se tornar um suposto garantidor da prosperidade, o turismo ocupou um lugar privilegiado no imaginário político do país, bem como nos planos de desenvolvimento e uso da terra. Assim, o turismo acabou se impondo como uma atividade providencial, e suas promessas levaram as populações locais a reconfigurar seu lugar dentro dele. As populações camponesas ou indígenas que não entram no circuito do turismo, conforme projetado e implementado de cima para baixo, e que não desempenham o papel de atração turística (seja como protetores do meio ambiente ou como sujeitos etnicamente autênticos), veem sua legitimidade ameaçada e "experimentam uma forma de invisibilidade e morte social porque não respondem a nenhuma função socialmente não identificável" [Renault, 2004, p. 192]19. Dessa forma, o turismo, ao modificar a organização social do lugar, acaba redefinindo identidades para as quais o que conta é ter uma utilidade social por meio de uma aparência que constitui um signo cultural facilmente consumível [Baudrillard, 1986]. (GILLAND; OJEDA, 2013, p.140)

“As fronteiras são apagadas quando a territorialidade indígena é tacitamente negada, como no caso de projetos de desenvolvimento e turismo. As fronteiras locais, nacionais e transnacionais se cruzam, apagando etnias na busca de soluções para problemas ou interesses nacionais ou globais” (ULLOA, 2012, p.9).

5. CONCLUSÃO

Qual seria a verdadeira intenção em realizar turismo em territórios indígenas? O presente trabalho teve como extensão expor o histórico de subjugação dos povos indígenas, em particular o caso das comunidades da Sierra Nevada de Santa Marta na Colômbia desde os primórdios da dominação estabelecida na chegada dos colonos espanhóis ao continente americano até os dias atuais onde o mecanismo principal para a perpetuação da colonização se apresenta em forma turismo nos territórios dos indígenas. Apesar do turismo como um, num sentido mundial, tratar de um setor importante para a economia nacional, gerando empregos à população e rendendo lucratividade aos países, fica muito claro aqui, que o etnoturismo ou turismo indígena realizado da maneira como foi discutida, pode causar um grande prejuízo e significar cada dia mais uma ameaça a existência dos povos originários.

O turismo pode e deve ser analisado como um aparato colonizador de uma indústria emergente que transforma em mercadoria de consumo a cultura, as tradições, o saber, e as próprias pessoas em nome da colonialidade do poder. Cria-se um projeto de indígena, que deve seguir os padrões estabelecidos pelo Estado, para serem construídos como patrimônio nacional, como mercadoria valiosa para o enriquecimento da economia, para que só assim, finalmente, passem a ser reconhecidos como gente, obediente e contida. As comunidades são então, sob essa perspectiva, empresas, controladas parcialmente, se não total, por quem tem o controle do poder. Quem sempre teve o controle do poder. Se é, de maneira mais sutil, não cabe a nós aqui discutir. Mas é fato que são limitados de suas autonomias, de seus territórios e de seus modos de vida.

Por séculos a liberdade, independência e direito dos povos indígenas vêm sendo impedidos; o turismo nas terras de povos originários, representa uma ameaça à segurança e preservação da natureza e da vida dos povos originários; expressa um fenômeno global que atinge proporções além da fronteira nacional, constituído por um resgate histórico do período colonial que busca inviabilizar os direitos legais a estes territórios por meio da promoção de um viés político-econômico de interesse estatal. Os indígenas por outro lado, mantém sua união e resistência inacabável, lutam interminavelmente pela sua existência e por seus direitos perante tudo que os podem destruir e, ironicamente, mas talvez nem tanto, são os únicos capazes de evitar o fim do mundo.

6. REFERÊNCIAS

ACOSTA, Elsa María. Las prácticas de crianza entre la Colonia y la Independencia de Colombia: los discursos que las enuncian y las hacen visibles. *Revista Latinoamericana - CINDE*, [s. l.], 2007. Disponível em: <https://repository.urosario.edu.co/server/api/core/bitstreams/5d2db580-4da2-423d-a2a0-47904446b777/content> Acesso em: 14 nov. 2023

ACUÑA, José. Los Wayú y los cocina: dos caras diferentes de una misma moneda en la resistencia indígena en la Guajira, siglo XVIII. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, [s. l.], 1999. Disponível em: <http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/achsc>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ARÉVALO, Daniel Corvo. ANÁLISIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS. EL CASO DEL PLAN SECTORIAL DE TURISMO DE COLOMBIA 2018-2022 ANALYSIS OF PUBLIC POLICIES. THE CASE OF THE COLOMBIAN TOURISM SECTOR PLAN 2018-2022. **Gran Tour: Revista de Investigaciones Turísticas**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://digitum.um.es/digitum/bitstream/10201/112004/1/218-Texto%20del%20art%C3%ADculo-785-1-10-20210729.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BHABHA, H. **O local da cultura**. (Tradução Miriam Ávila, Eliana Lourenço, Gláucia Gonçalves). Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOCCARA, G. y P. AYALA. 2011. Patrimonializar al indígena: Imaginación del multiculturalismo neoliberal en Chile. *Les Cahiers des Ameriques Latines* 67: 207-230. Disponível em: [Patrimonializar al indígena. Imaginación del multiculturalismo neoliberal en Chile \(semanticscholar.org\)](https://www.semanticscholar.org/) Acesso em: 18 nov. 2023

BOTERO, Juan Camilo Botero; RAMIREZ, Donna Margarita Cano. **Turismo en Destinos de Colombia: Parque Nacional Natural Tayrona, Parque Regional Arví**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração de Empresas) - Universidade Tecnológica de Bolívar, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://repositorio.utb.edu.co/bitstream/handle/20.500.12585/1710/0074595.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRAMBATTI, Luiz Ernesto. O turismo como mercadoria no capitalismo avançado: uma análise conceitual. **Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, [s. l.], 2011. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/43.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

CARLOS, A. F. A. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur, 2007.

CATAÑO, María del Mar Quintana. **Turismo en los pueblos indígenas de Colombia**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Jornalismo) - Universidade Jorge Tadeo Lozano, [S. L.], 11 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://expeditiorepositorio.utadeo.edu.co/bitstream/handle/20.500.12010/18953/Turismo%20en%20los%20pueblos%20ind%C3%ADgenas%20de%20Colombia%20-%20Final.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CHETTY, D. The Exotic “Orient” in Gender and Tourism. In: MORADY, F. & SIRINER, I. (Eds) **Globalisation, Religion & Development**. I JOPEC Publication, London, 2011

COELHO, Eduardo. O TURISMO É COLONIZADOR: Bases comunitárias para um turismo libertador – experiências decoloniais na Amazônia Brasileira e na Savana Africana.. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, [S. l.], 2022. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/48803?locale=pt_BR. Acesso em: 15 nov. 2023.

DANE (Censo Nacional de Población y Vivienda) 2018. <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=b9fd1442e1363a6aJmltdHM9MTcwMDY5NzYwMCZpZ3VpZD0xMTgxYjFjNS03M2RjLTYzZDYtMzI4MS1hMmM4NzJmMDYyZDcmaW5zaWQ9NTE5Ng&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=1181b1c5-73dc-63d6-3281-a2c872f062d7&psq=dane+2018&u=a1aHR0cHM6Ly93d3cuZGFuZS5nb3YuY28vaW5kZXgucGhwL2VzdGFkaXN0aWNhcy1wb3ItZGVtYS9kZW1vZ3JhZmlhLXktcG9ibGFjaW9uL2NlbnNvLW5hY2lvbmFsLWRILXBvYmxhY2lvbi15LXZpdmVuZGEtMjAxOA&ntb=1> Acesso em: 12 nov. 2023.

DANNER, Fernando. O Sentido da Biopolítica em Michel Foucault. Revista Estudos Filosóficos UFSJ, [s. l.], 2017. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/estudosfilosoficos/article/view/2357/1630>. Acesso em: 12 nov. 2023.

DARDOT, P. & LAVAL, C. **Neoliberalismo e subjetivação capitalista**. Em: Revista O Olho da História: nº 22, Abril 2016.

DE LA HOZ, Joaquín. En busca de nuevas tierras y vecinos: Proceso de colonización en la Sierra Nevada de Santa Marta, Serranía de Perijá y Zona Bananera del Magdalena (siglos XVII -XIX). Banco de La República de Colombia, [s. l.], 2018. Disponível em: https://repositorio.banrep.gov.co/bitstream/handle/20.500.12134/9539/CHE_49.pdf. Acesso em: 3 nov. 2023.

D'HAUTESERRE, A. Postcolonialism, Colonialism, and Tourism. In: LEW, A.; HALL, C.; WILLIAMS, A. (ed). A companion to tourism. Blackwell Publishing Ltd, 2004, p. 235-245. Disponível em: [Postcolonialism, Colonialism, and Tourism - A Companion to Tourism - Wiley Online Library](#) Acesso em: 12 nov. 2023

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 1995. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B3GQrRvm4KXOVGpablh0WXJ6MEE/view?resourcekey=0-ciMZSdLiE6VGofqC910fsw> Acesso em: 15 out. 2023

ESPINOSA, Monica. **Ese indiscreto asunto de la violencia. Modernidad, colonialidad y genocidio en Colombia**. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramon (Org.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos e Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Disponível em: <http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libreria/147.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023

FERRO, M. História das colonizações: das conquistas às independências: séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FLETCHER, Robert. *The Only Risk is Wanting to Stay: Mediating Risk in Colombian Tourism Development. Recreation and Society in Africa, Asia and Latin America*, [s. l.], 2011.

Disponível em:

[https://www.bing.com/ck/a?!&&p=e9885219ca0b20d3JmltdHM9MTcwMDY5NzYwMCZpZ3VpZD0xMTgxYjFjNS03M2RjLTYzZDYtMzI4MS1hMmM4NzJmMDYyZDcmaW5zaWQ9NTE4Nw&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=1181b1c5-73dc-63d6-3281-](https://www.bing.com/ck/a?!&&p=e9885219ca0b20d3JmltdHM9MTcwMDY5NzYwMCZpZ3VpZD0xMTgxYjFjNS03M2RjLTYzZDYtMzI4MS1hMmM4NzJmMDYyZDcmaW5zaWQ9NTE4Nw&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=1181b1c5-73dc-63d6-3281-a2c872f062d7&psq=%22The+Only+Risk+is+Wanting+to+Stay%22%3a+Mediating+Risk+in+Colombian+Tourism+Development&u=a1aHR0cHM6Ly9qb3VybmFsLmxpYi51b2d1ZWxwaC5jYS9pbmRleC5waHAvcmFzYWFsYS9hcnRpY2xlL3ZpZXcvMTUxMC8yMTA1&ntb=1)

[a2c872f062d7&psq=%22The+Only+Risk+is+Wanting+to+Stay%22%3a+Mediating+Risk+in+Colombian+Tourism+Development&u=a1aHR0cHM6Ly9qb3VybmFsLmxpYi51b2d1ZWxwaC5jYS9pbmRleC5waHAvcmFzYWFsYS9hcnRpY2xlL3ZpZXcvMTUxMC8yMTA1&ntb=1](https://www.bing.com/ck/a?!&&p=e9885219ca0b20d3JmltdHM9MTcwMDY5NzYwMCZpZ3VpZD0xMTgxYjFjNS03M2RjLTYzZDYtMzI4MS1hMmM4NzJmMDYyZDcmaW5zaWQ9NTE4Nw&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=1181b1c5-73dc-63d6-3281-a2c872f062d7&psq=%22The+Only+Risk+is+Wanting+to+Stay%22%3a+Mediating+Risk+in+Colombian+Tourism+Development&u=a1aHR0cHM6Ly9qb3VybmFsLmxpYi51b2d1ZWxwaC5jYS9pbmRleC5waHAvcmFzYWFsYS9hcnRpY2xlL3ZpZXcvMTUxMC8yMTA1&ntb=1).

Acesso em: 19 nov. 2023.

GÁLVEZ, Ana Carolina. *CONFLICTOS TERRITORIALES EN LA SIERRA NEVADA DE SANTA MARTA: TERRITORIO ANCESTRAL DE LA LÍNEA NEGRA*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Política) - Pontificia Universidad Javeriana, [S. l.], 2020.

Disponível

em:

<https://repository.javeriana.edu.co/bitstream/handle/10554/50419/Conflictos%20territoriales%20en%20la%20Linea%20Negra.pdf?sequence=4#:~:text=De%20acuerdo%20con%20la%20pregunta%20de%20investigaci%C3%B3n%20C2%BFc%C3%B3mo,Negra%2C%20delimitaci%C3%B3n%20ancestral%20respaldada%20por%20el%20decreto%201500%2F18>. Acesso em: 12 set. 2023.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. [S. l.: s. n.], 1999. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/0B-SQSHoRr-TFY2Y3SUVZc1FJczg/view?resourcekey=0-yx3jPosm4XwJ7SygIuYm0g>. Acesso em: 14 nov. 2023.

GONZÁLEZ, M. M. *¿Etnoturismo o turismo indígena?* 2008. *Teoría y Praxis*, 5. Disponível em: [¿Etnoturismo o turismo indígena? - Dialnet \(unirioja.es\)](http://www.unirioja.es/~dialnet/etnoturismo_o_turismo_indigena.pdf) Acesso: 29 ago. 2020

GUILLAND, Marie-Laurie; OJEDA, Diana. "Indígenas 'auténticos' y campesinos 'verdes'. Los imperativos identitários del turismo en Colombia", *Cahiers des Amériques latines* [Online], 71 | 2013, Disponível em: [Indígenas “auténticos” y campesinos “verdes”. Los imperativos identitarios del turismo en Colombia \(openedition.org\)](http://www.openedition.org/indigenas-autenticos-y-campesinos-verdes) Acesso em: 18 nov. 2023

MAIA, Fernando; FARIAS, Mayara. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. *INTERAÇÕES*, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/wbtt55LdndtrwkfkvRN5vqb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2023.

MALDONADO, Carlos. Pautas metodológicas para el análisis de experiencias de turismo comunitario. **Ofinica Internacional do Trabalho**, [s. l.], 2005. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---ifp_seed/documents/publication/wcms_117525.pdf. Acesso em: 19 nov. 2023.

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Editora Contexto, 2008. 172 pp.

MELO, Jorge. Los Hechos de la Conquista. In: MELO, Jorge. *HISTORIA DE COLOMBIA: EL ESTABLECIMIENTO DE LA DOMINACIÓN ESPAÑOLA*. [S. l.: s. n.], 1996. cap. 4 e 5. Disponível em: <http://intranet.comunidadandina.org/documentos/BDA/co-ca-0003.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2023.

MinCIT. Análisis sectorial y promoción, 2022 Disponível em: [Análisis sectorial y promoción | MINCIT - Ministerio de Comercio, Industria y Turismo](#) Acesso em: 20 nov. 2023.

MIGNOLO, Walter. COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/#>. Acesso em: 8 nov. 2023.

MOASSAB, A. Território e identidade de Cabo Verde: debate sobre a (frágil) construção identitária em contextos recém independentes do mundo globalizado. In: LIMA, A. F. (Org.). **Psicologia Social Crítica: praxes do contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

PALMER, C. Tourism & Colonialism: The Experience of the Bahamas. *Annals of Tourism Research*, v. 21, n. 4, p. 792-812, 1994. Disponível em: [Tourism and colonialism: The experience of the Bahamas - ScienceDirect](#) Acesso em: 11 nov. 2023

PÉREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo cultural**: uma visão antropológica. El Sauzal: ACA y PASOS, RTPC. 2009. 307 p. (Colección Pasos, n. 2).

PROCOLOMBIA. Turismo Comunitario, um modelo de negocio. Turismo comunitario, un modelo de negocio | PROCOLOMBIA Acesso em: 10 nov. 2023

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A COLONIALIDADE do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: [s. n.], 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4109238/mod_resource/content/1/12_QUIjano.pdf. Acesso em: 9 nov. 2023.

QUIJANO, A. (2005). Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina . Estudos Avançados, 19(55), 9-31. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10091>

RESTREPO, Juan Felipe Córdoba. **En tierras paganas Misiones católicas en Urabá y en La Guajira, Colombia, 1892-1952**. 2012. Tese (Doutorado em História) - Universidad Nacional de Colombia, [S. l.], 2012. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/9935>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ROJAS, José Maria. OCUPACION Y RECUPERACION DE LOS TERRITORIOS INDIGENAS EN COLOMBIA. 2000. Recuperado de: <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=b23b07ee6ed6927eJmltdHM9MTcwMDY5NzYwMCZpZ3VpZD0xMTgxYjFjNS03M2RjLTYzZDYtMzI4MS1hMmM4NzJmMDYyZDcmaW5zaWQ9NTIwMw&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=1181b1c5-73dc-63d6-3281-a2c872f062d7&psq=rojas+ocupaci%c3%b3n+y+recuperacion&u=a1aHR0cHM6Ly9iaWJsaW90ZWVhLmhlZ29hLmVodS5ldXMvZG93bmxvYWRzLzEwNDElLyUyRnN5c3RlbSUyRnBkZiUyRjQxOSUyRm9jdXBhY2lvbl95X3JlY3VwZXJhY2lvbl9kZV9sb3NfdGVyeml0b3Jpb3NfaW5kaWdlbmFzX2VuX0NvbG9tYmlhLnBkZg&ntb=1> Acesso em: 10 out. 2023

SACRAMENTO, O. & RIBEIRO, F. B. **Trópicos sensuais**: a construção do Brasil como geografia desejada. Bagóas, nº 10, 2013. p. 215-232.

SANTOS, M. C. **Imagem de um destino turístico: o caso de Cabo Verde.** Fórum Sociológico, 2008.

SILVEIRA, L. & BAPTISTA, M. M. **A Mercantilização e Exotização do “Outro” no Turismo.** Em: Cultura e Turismo - Interfaces Metodológicas e Investigações em Portugal e no Brasil. Editora: CCTA, João Pessoa, 2017. p. 23 - 48.

SOLANO, Sergio Paolo; BOLÍVAR, Roicer Flórez. Infancia de la nación. Colombia en el primer siglo de la República. Cartagena: Ediciones Pluma de Mompo, 2011.

SOJA, E. W. Geografia pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 1993.

TAIRONA. Pueblos Originarios, 200-. Disponível em: <https://pueblosoriginarios.com/sur/caribe/tairona/tairona.html>. Acesso em: 14 nov. 2023.

TINOCO, Edna Camila Acero. Turismo, Patrimonio y Comunidades Indígenas. **Turismo y Sociedad**, [s. l.], 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325097391_Turismo_patrimonio_y_comunidades_indigenas. Acesso em: 17 jun. 2023.

ULLOA, Astrid. Los Territorios Indígenas en Colombia: De Escenarios de Apropiación Transnacional a Territorialidades Alternativas. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, [s. l.], 1 nov. 2012. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-65.htm#_edn1. Acesso em: 7 jun. 2023.